

DESAFIOS NO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DA CRIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

LINDALVA GOUVEIA NASCIMENTO

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Professora da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba e da Prefeitura Municipal de Areia. Integrante do Núcleo de Projetos e Pesquisas sobre Formação Docente – NEPEF/ CE/UFPB - lindalvagouveiag@gmail.com

RESUMO

As políticas públicas de educação superior implementadas no Brasil na década de 2000 e 2010 provocaram mudanças estruturais significativas na sociedade brasileira. As assimetrias regionais e sociais brasileiras são significativas, mas que tem no processo de formação educacional um mecanismo importante na correção dessas distorções históricas, e uma forma de diminuir essas diferenças é por meio do acesso à universidade, principalmente em regiões distantes dos grandes centros urbanos. Observa-se a intensificação desse processo que tem sido implementado no país através de várias ações, a que destacamos nesta pesquisa adentrou no campo temático da política de expansão do ensino superior na Universidade Federal da Paraíba, a fim de compreender a dimensão política dessa ação, voltando-se para os cursos criados em um campus do interior. Para subsidiar a pesquisa, sob a abordagem qualitativa, teve como fonte de dados documentos e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa evidenciou que a criação dos Cursos de Medicina Veterinária e Química atenderam as demandas da sociedade, particularmente estudantes egressos do ensino médio da região que ansiavam pela formação acadêmica. Diante dos subsídios da análise, o estudo demonstrou que a política de expansão marcou um processo de reorganização das universidades federais justificado pela perspectiva política de democratizar o ensino, ao tempo em que atenderia, em parte, as suas funções sociais. Os resultados do estudo apontaram que a política de expansão da UFPB converge para a abertura de vagas no ensino superior público ao potencializar oportunidades de acesso de estudantes aos cursos criados no campus pesquisado.

Palavras-chave: Ensino Superior, Interiorização, Criação de Cursos de Graduação, Universidade Federal.

INTRODUÇÃO

A educação é a base sobre a qual se deve construir os pilares do desenvolvimento de um país. De forma particular, o acesso à educação superior tem sido tema de constantes debates na sociedade nas últimas décadas, tendo em vista as possibilidades advindas de quem conclui esse nível de ensino, como também dos requisitos impostos pelas empresas objetivando uma mão de obra mais qualificada, exigindo desse profissional um novo perfil, onde a formação, sobretudo no nível universitário, é essencial como uma forma de acessar a oportunidades de trabalho qualificado. Para Silva e Ourique (2012) a educação superior é um instrumento de justiça, e um caminho para o desenvolvimento social. Para Castro (2011), a educação está em lugar de destaque no mundo contemporâneo, pois acessar ao ensino na sociedade do conhecimento possibilita mudanças na formação dos sujeitos, e melhora a competitividade das nações.

Diante desse cenário, democratizar a educação tem sido tema central na agenda das políticas públicas dos governos, nas ações dos organismos internacionais e reivindicações de muitos movimentos sociais em distintas partes do mundo, cujo objetivo principal é aumentar a escolaridade da população em geral, justificando a pauta sobre a educação superior está no centro das discussões, cujos temas centrais incluem democratização, qualidade e crise (DIAS SOBRINHO, 2010; 2013).

Fica evidente que as universidades assumem um papel estratégico, na formação de cidadãos, para atenderem não apenas as necessidades das organizações, mas como espaços de discussão, formação e difusão do conhecimento para a coletividade, e propiciará um ambiente para a consolidação da democracia e justiça neste país. Se essa função for desempenhada de forma adequada trará o desenvolvimento das regiões do país, bem como criará um processo dinâmico de interlocução permanente com a sociedade (NEDER, 2013).

O governo, ao criar o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007, impôs suas regras e a universidade federal não pôde descumprir estas imposições, pois ao aceitar o plano de reestruturação passou a cumprir as determinações da política de expansão e como resultado houve a abertura de vagas, em seguida, o ingresso de milhares de estudantes.

Segundo Neder (2003), o processo de expansão das universidades federais por meio do programa REUNI foi operacionalizado levando-se em consideração três dimensões, a saber: **política, pedagógica e de infraestrutura**.

A **dimensão política**, compreende a análise estratégica da expansão das universidades federais de forma a democratizar o acesso ao ensino superior com o aumento no número de vagas, criação de *campi* e cursos, com direcionamento na interiorização do ensino superior no Brasil. Na segunda vertente, **a dimensão pedagógica**, destaca-se neste aspecto, o programa REUNI visava contribuir na questão didático-pedagógica, tendo em vista a proposta de estimular a mudança de paradigmas, que possibilitou a criação de novos arranjos curriculares. Insere-se também nesse contexto o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que por meio de recursos dão sustento às ações de apoio aos estudantes, na permanência e sucesso acadêmico. **No terceiro aspecto, da infraestrutura** estão contemplados os investimentos realizados na área física, em itens como laboratórios, salas de aula, bibliotecas, Restaurante Universitário (RU), auditórios, espaços administrativos e multifuncionais, áreas esportivas etc.

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios no processo de interiorização da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), notadamente, uma análise dos cursos criados pelo Reuni a partir das demandas no *Campus* de Areia. Esse tema insere-se no contexto da política de expansão e interiorização do ensino superior público federal, particularmente na UFPB, de forma a tematizar o processo de formulação, implementação e avaliação de uma política pública, que procura consolidar a educação como direito público. Portanto, torna-se essencial para compreender o processo de implantação de uma política pública.

Portanto, ao estudar o campus do interior da UFPB no contexto da política de expansão do ensino superior público no Brasil, que ocorreu de forma mais acentuada nas universidades federais durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, sua expressão mais concreta por meio do REUNI, é um momento em que se busca descobrir de forma clara, as implicações do conjunto de ações desencadeadas por esse programa, que teve reflexo em todas as instituições federais, mas que cada universidade em face da sua autonomia definiu caminhos diferentes, mas dentro das macro-orientações da política do governo federal.

Assim, procurou-se ler as entrelinhas nos discursos oficiais a respeito das políticas voltadas para o ensino superior, a fim de suscitar a discussão em relação à interiorização do referido nível de ensino, nos aspectos que

abrangem a criação de cursos nas cidades distantes dos principais grandes centros urbanos.

Para guiar a pesquisa, partiu-se do princípio de que a política de expansão, notadamente das universidades federais, teria sido realizada de forma a atender aos propósitos do governo federal, portanto, uma política de governo, que procurou agir de forma apressada. Dessa forma, encontrou dificuldades apresentadas para mobilizar as estruturas burocráticas para que cumprissem de forma célere os propósitos dos programas de expansão do ensino superior. Mesmo com essas barreiras, essa ampliação de vagas representou um espaço de democratização do ensino, tendo em vista, uma maior possibilidade de atender a população que estava distante dos grandes centros e precisava de forma urgente ter acesso à educação superior. No entendimento de Risttof (2006), na década de 2000 o objetivo era expandir, agora, na década de 2010, o desafio é democratizar o *campus*.

O objetivo principal da formulação e implementação de políticas públicas de educação superior é aumentar o número de alunos que conseguem acessar esse nível de ensino, e um dos indicadores da eficácia dessas políticas é por meio de indicadores e um dos principais parâmetros é a taxa de matrícula. Nesse sentido, Barros (2015, p. 365) destaca que,

A taxa de matrícula o principal indicador de inclusão no Ensino Superior, analisaremos, a partir daqui os principais limites e perspectivas de aumento equitativo desse acesso. Para melhor explicar este cenário, focalizaremos algumas políticas públicas e suas ações de maior destaque, dentre elas: a ampliação de vagas públicas e a interiorização das IES – que tem ocorrido tanto no nível federal quanto no estadual; a ampliação do financiamento aos estudantes via novas políticas de financiamento, o estímulo à modalidade a distância, as políticas e os programas de inclusão e de ações afirmativas.

A maior oferta de vagas na graduação ocorre no setor privado de ensino superior, a expansão desse setor apresenta sinais de esgotamento, principalmente pela saturação de mercado em várias profissões e pela inadimplência de segmentos sociais incapazes de arcar com o custo da educação superior (ANDIFES, 2012).

Para compreender as configurações das políticas educacionais implementadas pelo governo federal a partir da década de 2000, faz-se necessário descrever a realidade do campo político, ou jogo político como afirma Bourdieu (2011, p. 201),

Um campo é um campo de forças, e um campo de lutas para transformar as relações de forças. Em um campo como o campo político ou o campo religioso, ou qualquer outro campo, as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado. Isso coloca uma questão: qual é a definição da força? Em que consiste ela e como é possível transformar essas relações de forças? Outra questão importante: quais são os limites do campo político?

O campo de forças é uma constante luta. No cenário educacional, vivenciamos a luta pelo conhecimento. O embate se dá justamente pelo capital humano. Não existe fim para a capacitação profissional e as relações de forças se tornam cada vez mais acirradas. Detêm-se o conhecimento de forma crescente numa constante busca.

A implantação de uma política educacional não é vista como uma parte integral da formulação da política, mas como algo a ser feito depois, por acréscimo. Assim, ela não seria valorizada por ser considerada uma simples sucessão de decisões e interações resultantes de ações governamentais (PEREZ, 2010).

METODOLOGIA

A metodologia foi guiada partindo das orientações temáticas da implementação de políticas educacionais de expansão do ensino superior público, que induziu a escolha da abordagem qualitativa para o tratamento metodológico da problemática a ser investigada. A abordagem adotada é qualitativa, que de acordo com Merriam (2009), nesse tipo de pesquisa o objetivo da investigação é descobrir e entender determinados fenômenos, e no processo de coleta de dados o investigador é um dos principais instrumentos.

A definição do *corpus* da pesquisa foi realizada inicialmente a partir da seleção de textos e documentos que tratem da expansão do ensino superior no Brasil. As principais fontes da análise documental foram os documentos dos Planos Nacionais de Educação, o relatório do REUNI elaborado pela UFPB, e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), dados da Pró-Reitoria de Graduação (PRG) e coordenações de cursos, relatórios de gestão, dados do MEC/INEP, resoluções de criação de cursos, e os projetos pedagógicos dos cursos criados objeto deste estudo.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas. A primeira constituiu o levantamento bibliográfico. Na segunda foram levantados dados secundários do

INEP/MEC, UFPB. E na última etapa foram realizadas as entrevistas em profundidade os coordenadores dos cursos que foram levantados como fazendo parte do objeto da pesquisa, ou seja, aqueles criados a partir do REUNI no *Campus II – Areia* - os cursos de Química e Medicina Veterinária.

O *Campus II*, em Areia, oferta cinco cursos: Agronomia, Zootecnia, Ciências Biológicas, Medicina Veterinária e Química, todos na forma presencial. Dessa forma, o objeto de análise deste artigo foram os cursos criados no *Campus* de Areia durante a vigência do REUNI, o que totaliza 2 (dois) cursos, Bacharelado em Medicina Veterinária criado no ano de 2011, e Bacharelado e Licenciatura em Química, criado em 2007.

Enquadra-se a pesquisa como um estudo de caso, tendo em vista a análise a ser realizada em uma organização em particular. Com relação à estratégia de pesquisa constitui-se como um estudo de caso sobre a expansão e interiorização da UFPB, conforme abordado por Yin (2005), e Merriam (2009), pois, busca-se entender uma realidade específica de um *campus* dessa universidade. A escolha da UFPB como objeto de pesquisa deu-se em razão da acessibilidade aos dados disponíveis, e pela sua representatividade como a principal instituição de ensino superior do Estado da Paraíba.

As entrevistas foram transcritas e depois analisadas por meio da análise de conteúdo na categoria temática, que busca descobrir os núcleos de sentido na fala dos entrevistados. Esse método compreende três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2011).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas. A partir dela buscou-se na fala do sujeito perceber como se caracterizou a expansão do ensino superior no *Campus*, a partir de seu entendimento para a condução da criação do curso. Para a operacionalização das análises procedeu-se a codificação. Os cinco entrevistados foram assim codificados: entrevistado 1 (Vice-diretor do *Campus*); entrevistado 2 (1º Coordenador do Curso de Química); entrevistado 3 (Coordenador Atual do Curso de Química); entrevistado 4 (1º Coordenador do Curso de Medicina Veterinária); entrevistado 5 (Coordenadora Atual do Curso de Medicina Veterinária).

Na análise documental foi utilizado o Projeto Político Pedagógico dos Cursos criados, dados da Pró-reitoria de graduação (PRG), assim como os dados secundários que se referem às informações contidas em documentos da UFPB (Resoluções e atas de reunião do Conselho de Ensino, pesquisa e Extensão – CONSEPE, referente à criação dos cursos de Medicina Veterinária e Química).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de implantação dos cursos de Medicina Veterinária e Química

A criação do curso de Medicina Veterinária e Química insere-se dentro do Plano REUNI de Expansão da UFPB, fazendo parte dos 32 cursos criados. A escolha desses cursos, segundo os entrevistados nessa pesquisa, atendeu a demanda que ansiava por essas formações acadêmicas. Antes, o Campus oferecia apenas os Cursos de Agronomia, Zootecnia e Ciências Biológicas, com a implantação desses novos cursos propiciou o atendimento a comunidades externas a Paraíba, e completou o Campus que é agrário.

Sendo assim, pode-se afirmar que a UFPB direcionou ações para atender a demanda de quem tem buscado a formação acadêmica, a qual tem sido confirmada com a significativa quantidade de cursos criados na graduação e pós-graduação (NASCIMENTO; HELAL, 2015).

A democratização da educação superior comporta desafios que poderão vir a serem superados, entre outras medidas, se o Estado prover de forma justa o acesso e a permanência no ensino superior. Algumas iniciativas são passíveis de ações mais rápidas e visíveis, como ocorreu no Brasil na década de 2000 e 2010 por meio de série de políticas educacionais implementadas pelo governo federal, que propiciou a entrada de milhares de jovens de classes menos favorecidas na universidade.

O desafio de estudar e analisar a interiorização da UFPB por meio do Reuni, inicialmente como possibilidade de expansão no campus do interior, nos permitiu vislumbrar a implementação de uma política pública, bem como a sua avaliação e seus impactos a partir de uma análise com foco na dimensão política. O REUNI foi uma política de adesão, pois tem trazido benefícios importantes para as universidades. Para entender como se deu a criação da proposta do REUNI e compreender os seus aspectos políticos, é importante conhecer a sua relação com a conjuntura internacional de ensino superior, bem como alguns aspectos legais.

Portanto, o curso de Bacharelado em Medicina Veterinária, e de Bacharelado e Licenciatura em Química criados no Campus II, Centro de Ciências Agrárias (CCA) são exemplos de democratização por meio de criação de vagas ao propiciar o acesso ao ensino superior. Tanto a comunidade local, quanto outras demandas de regiões distantes ao Nordeste por via de acesso a seleção efetivada pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O acerto melhor é na qualidade do nosso profissional que a gente tem formado, né, ele tá se inserindo no mercado de trabalho, **o outro acerto que a gente tem muito grande é o atendimento a comunidade**, né, então a gente vê que o nosso propósito, né, que é oferecer um serviço pra comunidade e formar profissionais competentes, de acordo com o nosso perfil do egresso, né, que a gente traça um perfil do egresso aqui, isso tá sendo cumprido (Entrevistado 5)

Sobre o curso, dentro da política de expansão do Reuni e da UFPB, a coordenadora do curso de Medicina Veterinária fez o seguinte relato:

Então, eu olho pelo **curso de Veterinária, eu olho de maneira positiva, porque há muitas críticas com relação ao Reuni, no sentido de criar números de cursos e não criar um curso bem estruturado**. Mas, no caso específico da Veterinária, a qual eu sou coordenadora, eu vejo de maneira positiva porque o recurso que foi trazido pra cá, ele foi suficiente, e ele foi realizado de maneira aplicada, de certa maneira que houve uma concretização do curso. Não só um curso novo, a gente já **tem resultados positivos com esse curso, então a gente vê que realmente ele foi utilizado de uma certa maneira correta**. Agora, eu já escutei de outros cursos que foram criados, mas não da maneira que deve ser, sem a estrutura que deve ser. Então, é com relação ao da Veterinária, eu acho positivo, mas com relação aos outros cursos que a gente escuta falar, eu acho que tem que ter cuidado, e critérios, né. E quantidade não é qualidade, então às vezes a gente tem que trabalhar na qualidade do curso e não em números. (Entrevistado 5)

A fala do entrevistado 5 nos chama a atenção para a impressão de avaliação sobre o Reuni com relação a criação de cursos. Vale destacar nessa fala que a criação do Curso de Medicina Veterinária ocorreu de forma a atender a estrutura necessária para a realização do curso. De forma mais abrangente, outro entrevistado também destacou os benefícios advindos com o Reuni para o *Campus* de Areia:

Então assim, para o Centro de Ciências Agrárias, eu julgo que **a expansão da UFPB através do projeto REUNI foi o marco**, porque nosso **campus era um, antes do Reuni, e hoje é um outro completamente diferente a partir do REUNI**. Além de receber cursos novos, nós recebemos o curso de Medicina Veterinária, mas também, veio com o projeto REUNI, **um novo auditório, uma nova biblioteca, novas salas de aulas, novas residências, equipamentos, a construção do Hospital Veterinário**, equipamentos pra o Hospital Veterinário e

para os outros todos laboratórios do Departamento de Ciências Biológicas, do Departamento de Zootecnia, pro Departamento de Agronomia. É... então, **o aporte de recurso destinados ao Centro de Ciências Agrárias possibilitou dar uma melhoria significativa, não só para os cursos novos, bem como também para os cursos antigos no que diz respeito a modernização de laboratórios, de equipamentos que seriam necessários, e que são necessários para o curso de Ciências Agrárias.** (Entrevistado 1)

A estrutura física do Campus de Areia recebeu uma notável e significativa mudança com a criação de novos prédios, novas salas de aula, laboratórios, ambiente de professores, entre outros, além do Hospital Universitário. Essa inserção física deu possibilidades para gerar empregos e o desenvolvimento econômico local.

Já o entrevistado 5 contextualizou a relevância da expansão com interiorização da UFPB, e os benefícios advindos com a criação do curso de Medicina Veterinária.

É, a interiorização, acho muito importante, porque os cursos que vem pro interior, ele tem uma estrutura completamente diferente do curso da capital. Eu acho que, com a interiorização, a gente aumenta a demanda de mão de obra, a gente aumenta a demanda de empregos, e a gente oferece pra região, um desenvolvimento técnico, científico, e uma parceria que é muito importante. **Principalmente na Veterinária, houve um crescimento muito positivo no interior, nesse sentido, por conta da região ser uma área com muitos sítios e criadores de animais, de produção. Então a gente pode dar essa assistência. Então, pra desenvolvimento do interior foi muito importante.** (Entrevistado 5)

Com relação à escolha do curso de Medicina Veterinária para o *Campus* de Areia, as percepções dos entrevistados convergem no mesmo sentido, que foi uma decisão certa, pois levou em consideração a vocação do *campus*, e funcionou de forma complementar aos cursos já existentes no CCA, conforme o discurso do entrevistado 4.

Eu vejo que ele trouxe, além do número de alunos, uma área que não tinha ainda, que é superimportante. **Um campus agrário que já tinha animais, mas não tinha os médicos,** digamos assim, dos animais. E eu vejo assim, é um curso importante, e que eu acho que trouxe muito, não só para o campus, mas pra região em si. **Então, porque, antes de criar o curso de Veterinária aqui, só tinha um curso de Veterinária**

na Paraíba, que era em Patos. Então, o curso ficava a 300 quilômetros, mais ou menos da capital. Então era muito interior, e as pessoas tinham que ir pra lá, só pra estudar. Quando veio pra cá, abriu outras oportunidades, para as pessoas que moram em João Pessoa, que moram na região aqui. Mas a gente recebe aluno de todo Brasil inteiro agora. Mas, assim, na época foi muito bom, por conta de trazer essas pessoas pra mais perto. Pessoas da região. Pra o campus, **aumentou muito, assim, a visibilidade, eu acho. Porque, hoje em dia, a gente tem um hospital veterinário, as pessoas entram, vem, trazem o animal.** Então, assim fora a infraestrutura também, muitos laboratórios novos, laboratório de anatomia, por exemplo, que veio com a criação do curso, aqui pro campus.

Ele atende todos os cursos, atende Biologia, Zootecnia, Agronomia, e não tinha antes. Era um laboratório improvisado. Sempre teve esses cursos, Agronomia, Zootecnia e Biologia, eles têm anatomia na sua grade. Mas o laboratório só foi construído quando chegou a Veterinária, então tinha laboratório improvisado. Não era uma coisa ideal. **Então contribuiu pra qualidade dos outros cursos.** (Entrevistado 4)

Observa-se como destaque nos discursos que os cursos criados de forma unânime tiveram aceitação pela comunidade universitária e estão sendo apontados como necessários e importantes para o Campus. Revela-se como destaque na fala da quinta pessoa entrevistada que o Curso de Medicina Veterinária completou o Campus II que é agrário ao complementar os serviços oferecidos no CCA.

O campus é de Ciências Agrárias, e a Veterinária **veio complementar o que tava faltando nas ciências agrárias. Porque aqui nós tínhamos, Agronomia, Zootecnia, que são os cursos mais afins da Veterinária.** A Veterinária tem um diferencial, de mexer com doenças. Então a gente trata de doenças, a gente previne as doenças, a gente estuda as doenças. **Então eu acho que a criação da Veterinária pro CCA foi de extrema importância, não só nesse sentido, mas principalmente nesse sentido de agregar e juntar a outros cursos o que tava faltando. Complementar, um assunto que estava faltando e que é de extrema importância em um centro que é de Ciências Agrárias.** (Entrevistado 5)

Sobre a percepção dos entrevistados em relação aos acertos na criação do Curso de Medicina Veterinária, os discursos caminham na mesma direção ao mencionar que foi uma decisão correta, e em vários aspectos é possível identificar, como por exemplo, a baixa taxa de abandono do corpo discente.

Olha, o maior acerto que eu julgo, e eu vou ser bem pragmático, bem objetivo, o maior acerto que eu vejo, é que **a gente tem uma alta retenção, um baixo é... abandono. Evasão.** Então, por isso, por esses dois aspectos, dentro da UFPB, nós somos o centro que talvez tenhamos é... com exceção dos cursos de Medicina e de Direito, que historicamente são os cursos que menos tem abando.....Isso, objetivamente, isso representa bem o acerto, em termos desses cursos aqui no nosso campus. **Entendendo que nós somos um campus é... implantado em cidade pequena, do interior, que de alguma forma as pessoas que vem de fora...** vindo de cidades maiores, encontram as dificuldades na infraestrutura da cidade e tal, mas depois, com pouquíssimo tempo, acostumam-se. (Entrevistado 1)

O curso já formou a primeira turma com a taxa de evasão reduzida, conforme os discursos não houve um impacto severo. O que chama também a atenção é o perfil dos discentes. O curso surgiu com a intenção de abarcar um número maior de jovens do Estado, mas devido à relevância e status do curso, à procura e concorrência atinge uma boa quantidade de alunos de outras regiões do país.

Ao término dessas análises, verificou-se que os cursos criados atingiram as demandas da sociedade direcionadas ao Campus, pois o Curso de Medicina Veterinária funciona de forma adequada, e apresenta apenas como maior desafio manter a estrutura criada para sustentar o funcionamento do curso em sua totalidade. Ao passo que o de Química tem o desafio de manter-se, uma vez que o público-alvo apresenta um número mais restrito de demanda.

Percebe-se a partir desses dados que apenas o Curso de Medicina Veterinária passou por avaliações obtendo o Conceito 4, aproximando-se da excelência do Conceito 5 almejado por diversas instituições públicas de ensino. Em outra perspectiva, pode se afirmar que o REUNI atendeu aos propósitos a que foi criado no Campus II atendendo a sua demanda, pois os dados refletem e confirmam a fala dos entrevistados ao afirmarem a qualidade do curso de Medicina Veterinária.

Entretanto, a democratização ainda se relava limitada, pois tem aspectos que são estruturais na sociedade brasileira, pois são assimetrias que tem raízes históricas de difícil equilíbrio, se referem aos pobres, negros, indígenas como protagonistas no desenvolvimento nacional, em lugares-chave para serem agentes de transformação social, e nesse contexto as políticas afirmativas cumprem um papel indelegável nas possibilidades de mudanças

nas estruturas existentes no Brasil. A efetivação das políticas de inclusão de segmentos sociais, privilegiando-os por serem vítimas de exclusão histórica, há quem argumente que está se colocando em risco a qualidade do ensino. Esse discurso é uma mensagem que está de forma frequente sendo dita nos *campi* das grandes universidades brasileiras, pois se afirma “a inclusão virá em detrimento da qualidade”, possivelmente, este é o maior inimigo da democratização do acesso (RISTOFF, 2013).

Entretanto, Carvalho e Araújo (2016) apontam que nos estudos realizados na UFPB após a implantação de uma política de cotas, identificou-se que houve um crescimento significativo de ingresso de estudantes oriundos de escola pública, no período de 2008 a 2012, pois os números apontam que passou de 36% no ano de 2008, para 53,1% no ano de 2012, assim como os estudantes – pardos, negros e indígenas – passaram de 46,6% em 2008, para 57,6% em 2013. Esses percentuais já representam um resultado significativo na política de acesso, o que no primeiro momento um passo importante, depois é preciso avaliar a permanência desses alunos, o desempenho e a inserção no mercado de trabalho, assim como identificar se nos cursos de maior tradição e demanda na sociedade estão esses avanços na inclusão de alunos de classes menos abastardas.

Com relação ao desafio na implementação para a UFPB, conforme argumenta Sousa Junior (2010), depois de aumentar a oferta de vagas, é direcionar parte dessas novas vagas para setores que historicamente estiveram excluídos da universidade. Nesse sentido é preciso agir de forma concomitante ao ingresso, por meio de políticas mais efetivas de apoio e promoção estudantil como o objetivo de garantir a permanência desses alunos de menor renda. Pois, a democratização envolve diversos aspectos inerentes a manutenção do ensino público. O governo ao promover a entrada de ingressos nas universidades não está garantindo a democratização em todos os seus aspectos, está provendo apenas o ingresso. Há outras questões como a qualidade social da educação. É necessário prover meios que garantam não apenas sua entrada, mas permanência.

É possível identificar uma “revolução silenciosa” como apontam Gomes e Oliveira (2012) nas universidades federais brasileiras. Essa mudança tem ocorrido, porém de forma paulatina, gradativa, parece devagar, no ensino superior brasileiro. Se não veio a revolução esperada, mas ela veio, e foi construída em bases consolidadas, e os reflexos da democratização do *campus* serão percebidos de forma efetiva nos próximos anos e décadas, quando o público-alvo da política de expansão estiver no mercado de trabalho,

assumindo o protagonismo em profissões e lugares antes inacessíveis, dessa forma a política será avaliada como um sucesso, pois de forma evidente causou mudança estrutural na sociedade brasileira local, regional e nacional.

Portanto, reconhecer as particularidades regionais brasileiras é ponto fundamental para desenvolver e implementar políticas públicas eficazes, pois ao identificar a fragmentação existente, é possível direcionar ações de forma objetiva que venham atender as demandas localizadas em espaços específicos, e assim, o Estado torna-se efetivo, agindo com precisão de forma a promover o desenvolvimento local, o qual quando construído em bases sólidas, intervém na medida necessária, corrigindo os desequilíbrios sociais, ambientais, educacionais existentes na sociedade.

O desafio de estudar e analisar a interiorização da UFPB por meio do Reuni, inicialmente como possibilidade de expansão no campus do interior, nos permitiu vislumbrar a implementação de uma política pública, bem como a sua avaliação e seus impactos a partir de uma análise com foco na dimensão política. O REUNI foi uma política de adesão, pois tem trazido benefícios importantes para as universidades. Para entender como se deu a criação da proposta do REUNI e compreender os seus aspectos políticos, é importante conhecer a sua relação com a conjuntura internacional de ensino superior, bem como alguns aspectos legais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi analisado a implementação de uma política pública de governo, com relação aos aspectos políticos, no processo de criação dos cursos de Medicina Veterinária e Química, implantados no *Campus* de Areia, em consonância com as diretrizes definidas pelo REUNI instituídos na vigência do referido programa.

Na direção de apontar os benefícios do REUNI, o programa deu diretrizes para o desenvolvimento institucional, na direção de melhorar o processo formativo de forma a atender melhor as expectativas do aluno e do mercado de trabalho que irá absorvê-lo. Além disso, o REUNI contribuiu com suas diretrizes no desenvolvimento da educação no país como um todo, pois ao aumentar o número de universidades federais, cresce também o processo de formação em todos os níveis promovendo a articulação entre ensino básico, graduação e pós-Graduação.

É importante examinar a implementação de uma política pública, assim como, seus resultados e se de fato funcionaram, no sentido de perceber

os processos operados para identificar se políticas alcançarem, ou não, os efeitos desejados. Em vista desse cenário, é preciso reforçar a necessidade de acompanhar atentamente os resultados dessa política pública que visa contribuir com a elevação da escolaridade e profissionalização do cidadão, que emergem de um contexto marcado por inúmeras transformações sociais e hegemônicas no Estado brasileiro.

Ao término da análise evidenciou-se que a interiorização da UFPB com os cursos criados a partir do REUNI atendeu as demandas do campus de Areia - PB. Pois, observamos que na análise da dimensão política para a implementação dos cursos criados atingiu os propósitos de sua criação.

Este estudo foi guiado tendo como pressuposto de que a política de expansão, notadamente das universidades federais, teria sido realizada de forma a atender aos propósitos do governo federal, que procurou agir de forma apressada. Dessa forma, encontrou dificuldades apresentadas para mobilizar as estruturas burocráticas para que cumprissem de forma célere os propósitos dos programas de expansão do ensino superior. Mesmo com essas barreiras, essa ampliação de vagas representou um espaço de democratização do ensino, tendo em vista, uma maior possibilidade de atender a população que está distante dos grandes centros e precisa ter acesso à educação superior.

Ao término da análise evidenciou-se que a interiorização da UFPB com os cursos criados a partir do Reuni consubstanciou-se como uma medida de democratização do ensino superior através do acesso e que beneficiou o CCA, além de refletir no desenvolvimento local. Observa-se, também, que na análise da dimensão política para a implementação dos cursos criados atingiu aos propósitos de sua criação.

De forma propositiva, recomenda-se que outros estudos sejam feitos visando verificar a eficiência da aplicação dos recursos do CCA, e as dimensões relacionadas à infraestrutura e didático-pedagógica proposta por Neder (2013). Até mesmo analisar a UFPB após a Implantação do REUNI e seus desdobramentos, de modo que se possam verificar os resultados do REUNI no Campus II, podendo fazer estudos comparativos com outros campi da UFPB. Dessa forma, poderá apontar a necessidade da manutenção dos investimentos, como também a avaliação dessa política pública para o ensino superior.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. **Programa de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais**. Brasília: 2012. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1360930928PEEXIU.pdf. Acesso em: 03 de agosto de 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições, 70, 2011.

BARROS, A.S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n 5, Brasília, janeiro-julho. pp. 193-216, de 2011.

CARVALHO, R. A.; ARAUJO, E. J. M. PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: “um peso, duas medidas”. **Revista Espaço do Currículo**, v. 9, n. 1, 2016.

CASTRO, A. M. D. A. A expansão e o acesso ao ensino superior: os novos desafios da educação brasileira. In: **Políticas de Gestão e Práticas Educativas: a qualidade do ensino**. Junior, Luiz de Sousa; FRANÇA, Magna; FARIAS, Maria da Salete Barboza de; (Orgs) Brasília: Líber Livro, 2011.

DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e crise da Educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação (Campinas) [online]**. vol.18, n.1, pp. 107-126, 2013.

GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. **Reconfiguração do campo da Educação Superior**. (Organizadores). Educação Superior como sujeito-objeto de estudo. Campinas, Mercado das Letras, 2012.

MERRIAM, S.B. **Qualitative Research: a guide to design and interpretation**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

NASCIMENTO, F. S.; HELAL, D. H. Expansão e interiorização das universidades federais: uma análise do processo de implementação do Campus do Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 45-67, fev, 2015.

NEDER, M. L. C. **A expansão das universidades federais: avanços, desafios e expectativas**. 2013. Disponível: <http://www.revistaprincipios.com.br/principios/34-noticias/318-a-expansao-das-universidades-federais-avancos-desafios-e-expectativas.html>. Acesso em: 17.05.2019.

PEREZ, J. R. R. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out.-dez., 2010.

RISTTOF, D. A Universidade Brasileira Contemporânea: Tendências e Perspectivas.

MOROSINI, Marília (org). **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

RISTOFF, D. Os Desafios da Educação Superior na Ibero-América: Inovação, Inclusão e Qualidade. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 18, n. 3, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1655>. Acesso em: 29 set. 2018.

SILVA, J. P.; OURIQUE, M. L. H. A expansão da educação superior no Brasil: um estudo do caso Cesnors. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.93, n. 233, p. 215-230. Jan./abr.2012.

SOUSA JUNIOR, L. **A expansão da universidade pública: uma experiência de democratização do ensino superior**. 2010. Disponível em <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0310.pdf>, consultado em 26/10/2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2005.